



Angola: Restrições às liberdades fundamentais continuam antes das eleições

O indiciamento de dois jornalistas em Angola por acusações falsas é o mais recente ataque às liberdades fundamentais, uma vez que o governo [aumenta as restrições sobre o espaço cívico](#) antes das eleições cruciais previstas para 23 de agosto de 2017. CIVICUS, a aliança global da sociedade civil, insta o governo de Angola para parar a perseguição judicial de jornalistas e para que os observadores internacionais garantem a liberdade de expressão no período que antecede as eleições.

No dia 20 de junho de 2017, os jornalistas Rafael Marques de Morais e Mariano Bras Lourenço foram [indiciados](#) pelo Gabinete do Procurador-Geral e acusados de "ultraje a órgão de soberania" e "injúria contra a autoridade pública" nos termos do Código Penal e da Lei de Crimes Contra o Estado, respectivamente.

As acusações decorrem de um artigo publicado por Rafael Marques em [26 de Outubro de 2016](#) em seu site [Maka Angola](#), no qual ele expôs detalhes das circunstâncias duvidosas em que o procurador-geral João Mana Moreira de Sousa comprou um terreno em 2011. Mariano Bras Lourenço, que é o diretor do jornal O Crime, foi acusado depois que ele republicou o artigo de Rafael. Ambos os jornalistas podem enfrentar até seis anos de prisão.

"A perseguição judicial contra os jornalistas é uma das várias estratégias utilizadas pelo governo de Angola para silenciar as vozes críticas no período que antecede as eleições no próximo mês", diz Ine Van Severen, Analista de Políticas e Pesquisa no CIVICUS. "Angola é um dos estados mais repressivos da região da África Austral, já que o governo do presidente José Eduardo dos Santos mostrou desrespeito total para as normas de direitos humanos.

Marques foi vítima de perseguição judicial no passado. Em 2015, ele recebeu uma sentença de seis meses de pena suspensa depois de ser considerado culpado de difamação por publicar um livro intitulado "Blood Diamonds: Corruption and Torture em Angola," em 2011. No livro, ele revelou detalhes de centenas de assassinatos por guardas de segurança e soldados e violações dos direitos humanos nos campos de diamantes da região de Lundas.

As autoridades angolanas continuam a usar a violência para dispersar protestos pacíficos. Em 24 de junho de 2017, os protestos liderados pelo Movimento do Protectorado Lunda Tchokwe (MPL-T) nas províncias do Moxico, Lunda Norte e Lunda Sul foram violentamente reprimidos pelas forças de segurança. Uma pessoa morreu, pelo menos 13 foram feridos e mais de 78 manifestantes foram detidos. MPL-T tem exigido autonomia para a região de Lundas. Mais protestos estão planejados para 29 de julho de 2017.

Em fevereiro de 2017, as forças de segurança novamente usaram força bruta para dispersar protestos pacíficos em Luanda e Benguela. Os manifestantes estavam pedindo a renúncia do Ministro da Administração Territorial por causa de um conflito de interesse em sua posição como candidato para o partido no poder nas eleições de agosto e suas responsabilidades para supervisionar o processo de registro de eleitores.

Mesmo que o presidente José Eduardo dos Santos tenha concordado em renunciar depois de 38 anos no poder, seu governo está fazendo tudo o possível para garantir que o partido no poder - o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) mantenha seu controle sobre o poder.

CIVICUS apela ao Governo de Angola para que pare a perseguição judicial da mídia e respeite os direitos de todos os cidadãos para se reunirem pacificamente.

Angola é classificada como reprimida no [CIVICUS Monitor](#), uma plataforma global que rastreia violações dos direitos civis em todo o mundo.

FIM

Para mais informações por favor entre em contato com:

Ine Van Severen
Analista de Políticas e Pesquisa
CIVICUS
ine.vanseveren@civicus.org

Grant Clark
CIVICUS
grant.clark@civicus.org
media@civicus.org